

O mínimo ético entre secularização e religião como incentivo para uma ética da paz mundial

The ethical minimum between secularization and religion as incentive to an ethics of world peace

Ewerton Machado Dias¹

Resumo: Este trabalho visa apresentar a proposta de um mínimo ético entre secularização e religião no embate entre dois pensadores alemães, Jürgen Habermas e Joseph Ratzinger, fazendo um diálogo com a reflexão de Hans Küng. Trataremos neste trabalho de explicitar uma pergunta chave que nos norteará: Será que as religiões tem algo a dizer nos dias hodiernos?. Na mesma linha de raciocínio explicitaremos os conceitos de razão (secularização) e fé (religião) trazendo uma proposta que contribui neste diálogo a ética mundial visando a paz mundial num mínimo ético.
Palavras chave: Secularização; dialética; razão; fé; religião; paz mundial.

Abstract: This work aims to present the proposal of an ethical minimum between secularization and religion in the clash between two German thinkers, Jürgen Habermas and Joseph Ratzinger, making a dialogue with the reflection of Hans Küng. In this work, we will try to explain a key question that will guide us: Do religions have something to say nowadays? In the same line of reasoning we will explain the concepts of reason (secularization) and faith (religion) bringing a proposal that contributes to this dialogue the world ethics aiming at world peace in an ethical minimum.

Keywords: Secularization; dialectic; reason; faith; religion; world peace.

1. Introdução

Em nosso tempo pós-moderno, o que mais observamos é o declínio da influência ético-religiosa no mundo. O mesmo se aplica ao descrédito em relação a instituição religiosa como um todo e a aplicabilidade da atuação religiosa no mundo secular e secularizado. Entretanto, quando nos deparamos com o descrédito religioso, vemos que também se encontra no meio secular algumas dúvidas sobre como que o progresso e a técnica possam caminhar ou dialogar com o mundo religioso sem que um não limite o outro.

¹ Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

É preciso haver um mínimo ético entre secularização e religião que visa interligar esses dois polos contribuindo para a paz mundial. Mas falar sobre secularização, religiões, fé e razão não é um tema muito fácil de ser empreendido devido o tema ser amplo e demandar uma grande bagagem filosófica cultural quanto da reflexão ética.

No primeiro capítulo, discorremos sobre as bases que fundamentam uma possível ética dentro do Estado democrático de direito. O Estado laico é racional e não possui vínculos religiosos muito profundos e evidentes, necessitando de uma atenção mais apurada da dialética, uma das peças-chaves de toda nossa reflexão. Essa dialética nada mais é do que a abertura mútua do Estado com a religião, que deve ser permeada de valores e possíveis correções entre essas duas diretrizes.

No segundo capítulo, falamos sobre a secularização, que é um tema muito próprio de cada um de nós, pois vivemos nesse espírito todos os dias, a cada momento. Isso acaba sendo mais evidente se a pessoa tiver uma crença religiosa e se deparar com questões que possa afrontá-la em sua fé. Já os cidadãos seculares também estão envoltos numa atmosfera a-religiosa, que pode haver não só benefício quanto a possibilidade de um malefício. A secularização é fruto de um processo histórico que culmina na maior abertura possível aos

imperativos libertários da modernidade, trazendo, com isso, urgências que são passíveis de serem discutidas. Dentre essas muitas urgências, temos o diálogo com as religiões. Se, antes, o diálogo com o pensamento de fé das religiões foi profundo, mas sem muita voz do outro lado da dialética (que quase se assemelha a um monólogo), hoje, vemos um desprezo pela abertura de um novo debate entre ciência e fé, razão e religião. O caráter religioso, que algumas vezes coloca certos panos quentes em novas abordagens contemporâneas, é algo visto como antiquado na modernidade. Ainda mais antiquado é quando pensamos a ética promovida pelas religiões no mundo hodierno, que é quase que totalmente rechaçada pelos círculos seculares como anacrônica e inválida.

No terceiro capítulo, traçamos a dialética sobre razão e fé, dentro de uma pós-modernidade, chegando ao ponto crucial que supera o embate desses dois polos (Razão e fé) e que, ao mesmo tempo, une-os numa ética comum ou, melhor dizendo, num mínimo ético comum. E quem auxilia em tal reflexão é o falecido professor Hans Küng (1928-2021), pensador liberal e muito preocupado com questões atuais da filosofia e do pensamento teológico ecumênico.

A paz mundial é um anseio que está implícito no imaginário de todos nós, em especial quando presenciamos a fome, as guerras e a desigualdade, resultado de uma prática aética. Causa

estranhamento tanto no mundo secular quanto no religioso, temos ainda hoje situações análogas a tempos primitivos da nossa história, quando não tínhamos condições de intervir nessas questões em larga escala. O fenômeno das religiões tem em si algo em comum: a orientação ética de seus crentes. Torna-se fácil vislumbrar a paz mundial numa perspectiva da ética nas religiões, que obtém, na questão de Deus e nos diversos credos, uma forte tendência a se apoiar em valores que, na maioria dos casos, são metafísicos e eternos.

Extrair uma ética prática e não simplesmente psicológica no que tange aos desafios da secularização e das religiões é um desafio que pode nos levar ao êxito de conseguirmos uma paz em âmbitos mundiais. Por isso, muito mais que uma simples união entre secularização e

religião, a paz mundial é uma garantia de todos nós, cidadãos seculares e religiosos, de uma habitação ecumênica e livre de embates que firam a dignidade humana, repercutindo uma efervescência nos progressos da humanidade.

Debruçar-se para encontrar um mínimo ético, isto é, uma ética básica dessa secularização com as religiões, visando à paz num contexto mundial, é o objetivo central deste presente trabalho.

2. Premissas da razão sob religião em habermas

A razão está nos limiares seculares, isto é, não está no âmbito propriamente religioso; e isso não deve ser assinalado como algo ruim em si se ela puder ser uma instância reguladora das atrocidades que a religião possa causar. Por outro lado, ela se tornaria supervalorizada, o que poderia implicar uma ditadura da razão frente às pessoas e demais instâncias religiosas e civis. A razão deve ser exaltada e estimulada cada vez mais para garantir os progressos e as opções para outras vias de pensamento, já que, com ela, aprofundamos os nossos processos democráticos, as nossas relações interpessoais e a nossa compreensão de ser pessoa na demonstração dos fundamentos da dignidade humana de forma tão incisiva que encontraríamos pressupostos racionais para a dignidade do próprio homem dentro do Estado social democrático.

Habermas (2013) levanta uma problemática que norteia parte dos capítulos de sua dialética. Tal indagação provém de uma citação que o autor faz do jurista alemão Ernst-Wolfgang Böckenförde e coloca em questão todo o Estado que tenta se autoafirmar como sendo secularizado e não proveniente de uma tradição pré-política de sua composição: “Será que o Estado liberal secularizado se alimenta de pressupostos normativos que ele próprio não é capaz de garantir?”.

Admite-se que há uma posição anterior ao Estado democrático de direito e que esta instância não é tão absoluta como pensamos, uma vez que abre uma opção a valores religiosos anteriores aos valores do Estado vigente. Nota-se que esta preocupação também inicia um movimento hermenêutico que desemboca numa nova abordagem no que se refere tanto a composição do Estado quanto à sua instituição, ou seja, os elementos fundantes de matriz pré-política até a institucionalização do Estado democrático em si. Elementos esses que podem ser originariamente éticos ou doutrinários (HABERMAS, 2007).

Importante ressaltar mais uma vez que, se há elementos pré-políticos, haverá legitimação de elementos religiosos e, conseqüentemente, laicos, admitindo uma dialética aos religiosos. Aqui, a *ratio* não é oposta a *fidei* e sim seria *ratio et fidei*; uma razão e uma fé extraídas de uma ética anterior a este Estado, unidas num ideal de todo em relação àquilo que é parte. Esses dois termos têm *status* epistêmico especificamente dialogantes, complementando-se mutuamente. A valoração da religião é de suma importância para este *locus* da ética que, dentro deste contexto de Estado, amalgama-se: entra em voga a discussão de certa precedência dos valores éticos.

Habermas inicia a fundamentação das premissas do Estado a partir do viés do liberalismo político que, como ele mesmo defende, é extraído do republicanismo kantiano que é “uma justificativa a-religiosa e pós-metafísica desde seus fundamentos normativos do Estado constitucional democrático” (HABERMAS, 2007, p. 27). A abertura criada é de fundamental importância para tentar também legitimar o uso da razão no Estado secular, uma vez que regeria uma espécie de razão não-religiosa, isto é, a razão não tendo como plano e fundo uma motivação religiosa. A razão seria uma instância ordenadora deste Estado, sendo que a religião, até neste ponto, não interferiria no processo racional do Estado democrático.

Pensando a racionalidade pré-política do Estado de direito democrático nos caminhos que Habermas incita, urge-nos duas perguntas: Onde a ética se fundamentaria num Estado de direito? Será que temos que obrigatoriamente nos referir a religião para tomar bases morais ou éticas? O autor responde a essas perguntas, afirmando que o modelo democrático, sendo entendido “(...) como método para produzir legitimidade, não resulta daí nenhum déficit de validade que tenha de ser preenchido pela ‘moralidade’” (HABERMAS, 2007, p. 32). Esse processo pelo qual a democracia atravessa a história recente não seria fraca ao ponto de oferecer brechas ou dúvidas da sua validade moral: o processo democrático legitimaria os resultados éticos-rationais no Estado liberal sem possuir falhas morais, já que tal *demokratía* (δημοκρατία ou democracia em grego)

para Habermas pode ser assimilada, enfim, como uma instância organizadora, aquela que seria capaz de regular sozinha os próprios limites.

já que a mesma razão extrairia padrões morais e éticos, desde que sejam também entendidos fidedignamente de modo kantiano, em que as próprias pessoas podem se basear na fundamentação autônoma dos princípios constitucionais que abre possibilidade de se legitimar a cada cidadão deste Estado (HABERMAS, 2007), cada pessoa se abre a oportunidades de moralidade. Aí está o cerne da razão democrática liberal de Habermas: quando o indivíduo entendido como sujeito assume para si o seu papel de cidadão no Estado liberal, seus atos (que no ocidente a moral é essencialmente kantiana) seriam passíveis de serem universalizados.

Dessa forma, o *autonomos* (proveniente do grego em que o indivíduo age de maneira pessoal a própria na apreensão das leis) que a pessoa já possui bastaria para que haja não só o uso racional dos pressupostos morais como também uma saída ética pré-religiosa, garantindo, assim, a premissa que também dá legitimação através da apreensão do modelo democrático. Essa premissa estaria nos limites de uma razão e de uma religião dentro de um modelo social democrático de direito liberal.

3. A fé em diálogo de Joseph Ratzinger

A fé pode ser um elemento curativo. Digo isso no sentido de que ela pode dar fôlego à esperança diante da realidade, pois auxilia justamente pelo incentivo da religião a criar um sentido existencial frente ao vácuo de sentido. A fé ressignifica “o horizonte de todos os povos, culturas, etnias” (DIAS, 2022, p. 3). Existe transcendência nessa abordagem. Ao mesmo tempo em que é metafísica, é filosófica também, pois faz parte da nossa tradição filosófica ocidental. Há uma explanação muito bonita dos cristãos católicos sobre a relação *razão e fé*: “A fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade”². E é neste caminho de união mas ao mesmo tempo de desafio da razão e da fé, que trataremos a seguir.

“[...] evoca-se a força das religiões, em que homens e mulheres, através de sua fé, mandamentos e práticas religiosas já possuem “um conjunto fundamental mínimo, no que diz

² PAULO II, Papa João. *Carta Encíclica Fides et Ratio*. São Paulo: Paulinas, 1998.

respeito a valores obrigatórios, parâmetros inamovíveis e atitudes morais básicas”³. Elas (atitudes morais básicas) já trazem consigo algumas máximas que são pontos de motivação frente à realidade difícil da vida cotidiana. A religião tem essa força ética que move homens e mulheres ainda no nosso tempo.

Engana-se quem pensa que a fé não tem caráter racional e não é dialogante com o mundo secularizado. Já na encíclica *Dei Filius*⁴ no capítulo 4º há linhas fundamentais para a fé e a razão no mundo moderno. Mas foi no Neotomismo, que Tomás de Aquino tem sua relevância no que diz respeito ao diálogo da filosofia como pensamento racional e a teologia como fé. O doutor Angélico foi citado na encíclica papal de *Aeterni Patris*, em 04 de agosto de 1879. Na presente obra, o então papa vigente da época, Leão XIII, evoca o ilustre pensador medieval como sendo o *fundamentum*, o alicerce sólido. A ideia de alicerce sólido teve na religião católica, por exemplo, foi uma repercussão significativa, já que foi o primeiro a fazer o diálogo mais profícuo com a filosofia de Tomás de Aquino, tendo o grandioso mérito de utilizar-se da razão aristotélica para o seu fazer teológico-filosófico ou, melhor dizendo, filosófico-teológico, já que o início de seu pensamento metafísico é a racionalidade filosófica aristotélica proporcionada pela lógica.

Nessa esteira, Joseph Ratzinger, na réplica que lhe cabe no debate com Jürgen Habermas (segunda metade do livro *Dialética da secularização: sobre razão e religião*), enfatiza a incumbência da fé religiosa no que concerne à extração do mínimo ético das religiões, algo que Jürgen Habermas apenas aponta na sua primeira metade. Se na visão habermasiana coloca-se em dúvida o papel religioso no Estado social democrático de direito, a reflexão ratzingeriana vê que as religiões podem ter algo a contribuir num mundo caótico e ferido por atitudes aéticas. O autor vê, ainda, a capacidade de elas ajudarem as pessoas no progresso social como um elemento curativo.

Através das transformações a partir da ótica dos seres humanos em sua autoimagem e na questão do mundo, tornou-se um problema quando os progressos da técnica e das antigas certezas morais foram desinstalados (RATZINGER, 2007). Isso provoca o pensador a ponderar sobre o

³ DOS ANJOS, Fabri Márcio. *Bioética global e responsabilidade global: a contribuição de Hans Küng*.

Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/297/554>. Acesso em: 11 de fev. 2023.

⁴ Cf. PIO IX. Concílio do Vaticano I: 3ª sessão: Constituição “*Dei Filius*” In: DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2013, pp.647-650.

limite da metafísica da religião que a técnica cientificista instaurou. O imbróglio põe em xeque todo e qualquer papel curativo que as religiões possam causar na questão dos erros limítrofes da razão secular, ou seja, a fé das religiões acaba por ficar em um plano tangente a toda e qualquer situação dentro de um Estado social Democrático de direito, desembocando numa alienação racional. Levanta-se mais uma vez o imperativo dialético de que a correlacionalidade da razão e da religião implica em manter um mundo unido.

O que mantém o mundo unido com toda certeza são os direitos humanos, dos quais todos os homens são testemunhas e vislumbram esses valores em um ponto em comum, como bem enfatiza o pensador cristão alemão: Como último elemento do direito natural que, em seu anseio mais profundo, pretendia ser, pelo menos na idade moderna, um direito racional, permaneceram os direitos humanos (RATZINGER, 2007).

Temos presente mais um consenso de Joseph Ratzinger e Jürgen Habermas bem claro em nossa mente: as variadas linhas de pensamento das religiões e da razão tendem, obrigatoriamente, a se correlacionarem, já que “(...)os interlocutores procurariam concentrar-se na fundamentação de uma sociedade voltada para a dignidade humana” (SCHÜLER, 2007, p. 17). Fica claro que, no debate, os dois alemães não têm pensamentos muito opostos no que concerne a dignidade humana.

Por fim, é inegável a afirmação de que a fé não só tem algo a dizer no mundo moderno na renovação de seus posicionamentos metafísicos, quanto tem o caráter dialogante com a razão natural, tendo como base os valores éticos que podem livremente serem extraídos de suas doutrinas, por exemplo, no caso dos cristãos, no que concerne os dez mandamentos (está densamente presente uma ética e uma moral dos crentes em relação aos preceitos).

Eles podem facilmente entrar em diálogo com o mundo secularizado, tendo a leitura da realidade, “(...) presente como força efetiva” (RATZINGER, 2013, p. 83), ainda mais efetiva, porque tudo o que foi exposto até aqui serviu para chegarmos a um imperativo fundamental: “Não há dúvida de que a fé cristã e a racionalidade secular do ocidente são os parceiros principais dessa correlacionalidade” (RATZINGER, 2013, p. 89) entre *fides et ratio*.

4. *Ethos* mundial e paz mundial como síntese dialética em Hans Küng

“Não haverá sobrevivência sem uma ética mundial. Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, 1992, p. 7 apud DIAS, 2022, p. 9). Essa é a premissa chave para se entender o projeto de ética mundial que Hans Küng discorre ao longo de todo o livro *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*.

De fato, não há sobrevivência do ser humano se ele não estiver ligado a padrões básicos de humanidade que interligue seus atos aos atos do outro; daí sobressai o termo *mundial*. Ainda sobre essa questão de Küng, fato é que não podemos sobreviver sem essa ética, sem um mínimo de valores éticos capazes de ligar o particular e o universal. E se sem paz entre as religiões não haverá também diálogo entre elas, Hans Küng aponta para uma preocupação. Se não almejarmos uma paz (tanto social quanto aquela provinda da ética, dos bons comportamentos) as religiões (que são muitas) não conseguirão dialogar.

E hoje se faz necessária este diálogo porque “O mundo se encontra diante de uma nova constelação de valores que colocam as Igrejas diante de enormes problemas advindos da secularização, da pluralização e da globalização”⁵, e estes problemas ainda hoje são confrontados por eles.

No projeto de uma ética mundial, é vital o diálogo entre as religiões, porque é nelas que se tira a extração ética entre seus crentes e os não crentes. Como Küng indica, “Para que haja uma ética mundial comum é necessário haver não somente uma grande coalizão entre crentes e não crentes, mas também tem de haver um engajamento especial das diferentes religiões” (KÜNG, 1992, p. 91).

Isso as religiões sabem fazer muito bem: engajar pessoas. Contudo, tal engajamento se faz necessário não somente aos crentes e não crentes, mas também entre as próprias relações religiosas. As religiões conseguem ter uma linguagem muito próxima das pessoas: “As religiões conseguem falar à consciência (coração) das pessoas individuais” (KÜNG, 1992, p. 91). E em cada pessoa que a fé da religião toca, ela promove mudanças no seu pensar e agir e, com isso, o engajamento das pessoas na religião será certo.

⁵ SOUZA, Ismael. *Cristão secularizado: contribuições de Hans Küng para viver a fé cristã no mundo de secularização*. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22382/22382.PDF>. Acesso em: 07 de fev. 2023, p.76.

É na religião que elas conseguem obter apoio em momentos delicados, por vezes até sem solução: “As pessoas conseguem encontrar um apoio nos momentos em que mais necessitam de ser amparadas, acolhidas e ouvidas, ou seja, em momentos de fraqueza. Não há como negar que as religiões sempre serão como setas morais, que nos orientam o caminho” (DIAS, 2022, p. 3-4). Esse ponto é sem dúvidas vital em um projeto de ética que busca transcender uma dialética razão-fé. Com esse apoio, a dignidade humana é bem acolhida, passando do âmbito religioso ao civil.

O diálogo inter-religioso (ou na linguagem de Küng, o diálogo ecumênico) é a solução para encarar o desafio de uma união das religiões. Contudo, é na questão da ética que há uma solução para se encarar o diálogo, tão caro tanto para Jürgen Habermas e Joseph Ratzinger, quanto para Hans Küng. O professor Küng (1992, p. 90) exalta o lado das religiões quando diz: “Mesmo assim, se elas querem, elas podem ainda hoje – ou talvez hoje novamente –, com uma convicção única, atuar contra o vazio e a falta de sentido que milhões de pessoas sentem em questões de doutrina, ética e rituais”.

De fato, isso é verdade quando se refere às religiões: podem ser luzeiros num mundo aético e extremamente racionalizado, tal como foi exposto nos capítulos 1 e 2 do presente trabalho. Contudo, é preciso transcender, ultrapassar as barreiras que a supervalorização da razão ergueu, pois as religiões conseguem trazer sentido e, conseqüentemente, esperança de sobrevivência mundial, já que elas são também mundiais: “As religiões conseguem fazer aparecer um *horizonte de sentido* na face desta terra, assim também uma última *determinação de objetivo* (KÜNG, 1992, p. 90).

Elas têm um poder curativo em âmbito mundial. Conforme salienta Urbano Zilles, comentador de Küng: “Küng diz que valores fundamentais devem ajudar a resolver problemas globais, para além de todas as diferenças de visão do mundo, diferenças culturais, nacionais ou religiosas”⁶. Essa linha de pensamento é importante quando se lê Küng, porque os valores fundamentais vão se valer de normas universais que valem para todos. Isso se aproxima muito da proposta kantiana de Lei universal que implica uma ética à dignidade humana: “Ela [a dignidade humana] pode ser

⁶ ZILLES, Urbano. Projeto de uma ética mundial. *Teocomunicação*, v. 37, n. 156, p. 223-229, jun. 2007. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jg-P5oosGFUJ:https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/2703/2054/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 de fev. 2023. p. 2.

universalizada pensando no ponto de vista racional e secularizada, por exemplo, quando Küng cita Kant: “Age assim que essa máxima de tua vontade valha a cada momento como o princípio de uma legisla o universal” (DIAS, 2022 p. 21 *apud* KÜNG, 1992, p. 89, grifo meu).

Essa questão de universalizar a  tica numa legisla o universal (pensando primordialmente numa  tica da dignidade humana) tem similaridade com ao que Jürgen Habermas pensa de maneira kantiana a assimila o para si de valores racionais dos princípios fundamentais de um Estado democrático de direito liberal (HABERMAS, 2007). Dessa forma, as religiões têm algo a dizer dentro deste Estado, bem como em quaisquer outros setores, pois os padrões éticos que identificam a todos estão presentes na sociedade, no Estado e na Religião.

5. Conclusão

Encontrar o mínimo ético é um empreendimento muito audacioso para que cheguemos   paz mundial. Esse mínimo é a tentativa de delimitarmos, por meio do pensar filosófico, a  tica para os tempos atuais na questão da paz, que necessita da intera o de crentes e não crentes, cidadãos seculares e religiosos para tal fim. Durante nossa pesquisa, fundamentamos o Estado laico – que Habermas discorre a partir do estado liberal – como o plano que mais fomenta a intera o entre estes dois polos na medida em que o estado democrático “[...]possui neutralidade no sentido de favorecer o processo comunicativo entre as religiões, entre as institui es religiosas e as institui es laicas, e entre os cidadãos religiosos e os cidadãos seculares” (ROSSI; JUNQUEIRA, 2015, p. 116).

As contribui es de Jürgen Habermas na dialética da seculariza o, desenvolvidas ao longo dos dois capítulos, conseguiram promover uma boa reflexão acerca do Estado democrático de direito e suas bases fundamentais. Como próprio de Habermas, a razão foi exaltada como uma instância ordenadora capaz de organizar por si própria este Estado que não dependeria da  tica religiosa. Isso prov m de um dito de Ernst-Wolfgang B ckenf rde que supõe uma  tica pr pol tica desse Estado liberal. Dissemos que há uma urgente “[...] necessidade de uma correlacionalidade entre razão e f , entre razão e religião” (RATZINGER, 2007, p. 88). Nessa premissa, há implícito um conflito que se iniciou no passado e chegou ao momento presente com a necessidade dessa concilia o entre razão e f  e razão e religião. Conseguimos abordar esse assunto como ponto fundamental do presente trabalho.

Por se tratar de uma dialética entre razão e fé, mundo secular e mundo religioso, podemos até alargar a reflexão com a paz mundial, que principia nas religiões, e admitir que pode ser possível encontrar uma via de teodiceia. Dizemos que é possível, porque essa via seria uma resposta transcendente à questão da dialética filosófica da secularização, podendo dar um tom mais metafísico à resposta de tal questão. A secularização deve ser entendida como uma chance de conciliação entre razão secular e religião. A correlação cultural e social é um processo de mão dupla, em que duas vias (razão e fé) refletem mutuamente seus limites (SCHÜLLER, 2007, p. 25). Com isto, captamos o sentido dessa conciliação, na medida em que não há barreiras ideológicas que separam uma coisa da outra. Conseguimos, então, definir que conciliar a razão e a religião em um valor mínimo comum recai inevitavelmente numa ética da dignidade humana. E pela dignidade Humana o ser humano coloca limites nos extremos, tanto da razão quanto da religião.

O diálogo foi a ferramenta utilizada pela razão e pela religião para se comunicarem, apresentando sujeitos singulares frente a frente para que juntos assumam o desafio de salvaguardar tanto os direitos individuais quanto os direitos coletivos (ROSSI; JUNQUEIRA, 2015, p. 116). Encontramos no seu uso uma grande importância para desarmar possíveis tendências fundamentalistas de ambas as partes que pudesse minar uma síntese, impondo uma visão apenas unilateral dos fatos. Nesses diálogos, todos podem intervir no plano social, porque “Assumindo a liberdade religiosa, admite-se o pluralismo religioso, denotativo do pluralismo cultural e social” (ROSSI; JUNQUEIRA, 2015, p. 113).

Tal variedade de opções de conduta entre razão secularizada e religião formam um eixo de vida que aponta para condutas éticas de maneira concreta no cotidiano.

Dessa forma, pretendeu-se descobrir se as religiões ainda têm algo a dizer para uma sociedade secularizada. Para isso, buscou-se responder sobre a possibilidade do mínimo ético entre secularização e religião na sua necessária dialética desde os fundamentos de ambos. Nesse ponto, as teorias serão alicerçadas, inserindo-as no plano social e expondo as premissas como válidas e necessárias para a paz mundial. Conseguimos explicar que a razão científica tenta ser capaz de superar paradigmas espinhosos, mas tem de existir algo que transcenda os próprios fenômenos da ciência. Joseph Ratzinger, ao final do livro organizado por Schüler, salientou que “A mim me parece óbvio que a ciência como tal não é capaz de produzir um etos, ou seja, uma

consciência ética renovada não surgirá como fruto de debates científicos” (SCHÜLLER, 2007, p. 63).

Com uma ética mínima para todos, o progresso e a técnica, a transcendência e o temporal fariam uma conjuntura atualizada à paz mundial, pois teriam valores eticamente lógicos a serem apreendidos tanto pelo estado de direito, quanto pela razão e pela religião.

Isso tudo implica a ideia do valor da paz mundial que, durante muitos anos, foi defendida pelo brilhante filósofo e teólogo Suíço Hans Küng. Seria a finalidade da revalorização da ética ao mundo contemporâneo, pois a possível união da secularização com a religião, resultaria indubitavelmente em uma nova esperança, renovada, de uma paz mundial, e não numa dicotomia entre razão (mundo secular) e fé (religião). A sentença fundamental do projeto ético de Hans Küng é a de que “Não haverá sobrevivência sem uma ética mundial. Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, 1992, p. 7). Sobre essa premissa fundamental, conseguimos igualmente mostrar que há uma intensa ligação da paz mundial principiada no diálogo ecumênico e interreligioso com a dialética da secularização de Habermas com Ratzinger em busca dos fundamentos duma dignidade humana.

A ética das religiões continua sendo uma entidade a ser levada em conta quando falamos de sociedade, secularização, podendo não só ser eficaz quanto também ser, em muitos casos, necessária.

Vimos, enfim, que há um consenso dos três pensadores no que tange conciliar inevitáveis avanços racionais dentro de um contexto secular e a-religioso com a promoção dos valores religiosos em diálogo, para se chegar ao ponto em comum do mínimo ético entre secularização e religião.

Referências

DIAS, Ewerton Machado. *O projeto de “ética mundial” de Hans Küng contraproposto ao fundamentalismo religioso*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1SQRBvESPdtTPYsMjgPe_Ebj62Zonkd3I/view?usp=sharing. Acesso em: 04 de fev. de 2023

DOS ANJOS, Fabri Márcio. *Bioética global e responsabilidade global: a contribuição de Hans Küng*.

Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/297/554>. Acesso em: 11 de fev. 2023.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1992.

HABERMAS, Jürgen. [1. Sobre a fundamentação do estado constitucional secular a partir das fontes da razão prática], In: SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

HABERMAS, Jürgen. [2. Como se reproduz a solidariedade cidadã], In: SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

PIO IX. Concílio do Vaticano I: 3ª sessão: Constituição “*Dei Filius*” In: DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2013, pp.647-650

RATZINGER, Joseph. [O que mantém o mundo unido: fundamentos morais pré-políticos de um estado liberal] In: SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

RATZINGER, Joseph. [2. Novas formas de poder e novas questões a respeito de contenção] In: SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

RATZINGER, Joseph. [4. Interculturalidade e suas consequências] In: SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

RATZINGER, Joseph. [5. Resultados] In: SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano; JUNQUEIRA, Sérgio (Org.). *Religião, Direitos Humanos e Laicidade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

SCHÜLER, Florian (org.). *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

SOUZA, Ismael. *Cristão secularizado: contribuições de Hans Küng para viver a fé cristã no mundo de secularização*. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22382/22382.PDF>. Acesso em: 07 de fev. 2023, p.76.

ZILLES, Urbano. Projeto de uma ética mundial. *Teocomunicação*, v. 37, n. 156, p. 223-229, jun. 2007. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jg-P5oosGFUJ:https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/2703/2054>

/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 de fev. 2023, p2.